



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0019123-52.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fé Pública**
 Tipo Completo da Parte Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>
 Ativa Principal << Nenhuma informação disponível >>:
 Réu: **Renato Cesar Fernandes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

RENATO CÉSAR FERNANDES (R. G. 20.967.421), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 297, § 2º, do Código Penal, porque no dia 17 de novembro de 2008, em horário incerto, no interior da agência do Banco do Brasil, agência 0295, nesta cidade, de forma consciente e voluntária, falsificou em parte documento público equiparado, emanado de entidade paraestatal, consistente em um contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Brasil, onde assinou o contrato no campo destinado ao fiador, fraudulentamente, em nome de sua ex-mulher Maria Cynthia Braz Fernandes. Depois, diante da inadimplência contratual, o nome dela foi negativado junto ao Serasa, oportunidade em que a mesma descobriu a fraude.

Recebida a denúncia (fls. 231), o réu foi citado (fls. 236) e apresentou defesa preliminar (fls. 238). Na instrução foi ouvida uma testemunha de acusação (fls. 263) e o réu interrogado (fls. 280). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação, nos termos da denúncia (fls. 282/285), enquanto a defesa pugnou pela absolvição sustentando que o réu não houve falsificação porque o réu assinou com sua rubrica com anuência de sua mulher (fls. 287/288).

É o relatório.
DECIDO.

0019123-52.2011.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

A despeito de não se tratar de falsificação de documento público e sim particular, por se referir a contrato de abertura de crédito com o Banco do Brasil, que não é entidade paraestatal, mas sociedade de economia mista, delibero proferir o julgamento sem verificar a possibilidade de aplicação do artigo 89 da Lei 9.099/95, pois o caso é de absolvição.

Os autos mostram que o réu, como sócio e representante da empresa Diâmetro Indústria de Fieiras Ltda., firmou contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Brasil, onde ele e outros sócios foram fiadores e, nesta condição, figurava também sua ex-mulher, Maria Cynthia Braz Fernandes. Aconteceu que o réu deixou de colher a assinatura desta no contrato e no campo respectivo lançou a sua rubrica, como se verifica do respectivo contrato juntado a fls. 120/125, situação confirmada no laudo pericial de fls. 116/119.

Sobre esta ocorrência não há dúvida, porque o réu admitiu ter agido dessa forma (fls. 280), sendo, portanto, incontrovertidos os fatos.

Tendo o réu lançado no contrato a sua assinatura abreviada no campo onde deveria estar a assinatura de sua ex-mulher, não elaborou uma contrafação, uma imitação de algo verdadeiro, mas tão somente assumiu, no lugar de Maria Cynthia, a condição de fiador único. Em tais circunstâncias e justamente porque o réu jamais tratou de imitar a assinatura de sua ex-mulher, é impossível o reconhecimento do crime de falsidade documental.

Não houve, portanto, **imitatio veri**, sendo bastante dessemelhantes as assinaturas da ex-mulher do réu e a rubrica deste lançada no contrato (fls. 124v. e 142v.). Por conseguinte, não há que se falar no delito de falsificação, que exige, com é pacífico na doutrina e na jurisprudência, a imitação do original e a semelhança com este.

Nesse sentido: **“Não se tem como caracterizado o *crimen falsi* sem a *imitatio veri*. A falta de imitação**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

caligráfica, a falsificação grosseira, facilmente verificável na comparação e confronto com a assinatura da vítima, afasta a possibilidade de se reconhecer o falso” (RT 454/349).

E como já dito, que a assinatura lançada é completamente diferente daquela de quem deveria assinar o documento, estamos também diante de uma falsidade grosseira, que tem aplicação aos casos em que a vítima tinha a obrigação de examinar a autenticidade da assinatura, o que não aconteceu pelo funcionário do Banco que tratou da negociação do crédito fornecido.

Assim, não é possível, no caso em julgamento, falar-se em crime de falsidade, impondo-se a absolvição do réu.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA** e **absolvo** o réu com fundamento no artigo 386, III, do Código de Processo Penal.

P. R. I. C.

São Carlos, 24 de abril de 2014.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**